

A CRISE BRASILEIRA E SUAS RAÍZES PERVERSAS

Sérgio Valladares da Fonseca

A crise brasileira tem duas raízes principais que, perversamente, se entrelaçam e se completam.

A primeira está no tratamento prioritário que vem sendo dado, a partir de 1964, aos falsos capitalistas, ou seja, às pessoas que vivem de rendas. Os privilégios começaram com a instituição da correção monetária e continuaram com o aumento da concorrência entre os agentes financeiros.

Pode-se optar, hoje, entre aplicar em ORTNs, letras do Tesouro, letras de câmbio, letras imobiliárias, depósitos a prazo fixo, debêntures, CDBs, depósitos de poupança, open market, over nights, etc. Quanto ao tratamento fiscal, os títulos que dão os maiores rendimentos são ao portador e, por isto, tributados apenas na fonte, o que só encarece a operação para o tomador, pois os investidores negociam taxas líquidas...

Em resumo, após 64, salvo durante hiatos de curta duração, os Governos vêm estimulando, direta ou indiretamente, taxas líquidas de juros para os aplicadores ainda acima dos índices da correção monetária.

Esta política é socialmente injusta, porque favorece as transferências de renda real das classes trabalhadoras, empresários e empregados, para os especuladores que nada produzem.

Além disto, do ponto-de-vista econômico, esta política é ineficaz. De um lado, o aumento do volume das aplicações financeiras, ou das poupanças, reduz o consumo e, conseqüentemente, a produção e a renda. A retração do consumo inibe os investimentos, em virtude da queda nas expectativas e dos menores lucros dos setores produtivos. A curto prazo, a resposta é mais subemprego e mais desemprego. A médio e longo prazos, em função da redução dos investimentos, o resultado é menos produção e, por conseguinte, menores oportunidades de empregos.

Do outro lado, as taxas de juros empurradas pela competição entre os agentes financeiros também restringem os investimentos. Quando os juros ficam extremamente altos, como vem ocorrendo nos últimos dois anos, esta restrição é praticamente total, o que compromete, gravemente, o futuro das novas gerações. Nas taxas atuais, quem tem os recursos prefere aplicá-los a prazo fixo; quem não os tem, não encontra alternativa de inversão de rentabilidade suficiente para suportar os custos das dívidas.

Quais são, então, os empresários que estão tomando os empréstimos, nessas taxas extremamente altas?

Na sua grande maioria, são aqueles que não têm outra escolha, que precisam continuar rolando as suas dívidas, ou que necessitam endividar-se ainda mais para financiar seus prejuízos. São os que estão à espera de algum milagre... "É água para apagar incêndio, e não para fazer comida", como dizia o saudoso João Mellão.

Só para o leitor avaliar como o nosso sistema financeiro está distorcido, os empréstimos ao setor privado feitos pelo sistema não monetário representam cerca de 60% do total! (12,7 trilhões de cruzeiros em setembro passado, contra um total de 21,5 trilhões. Rev. Conjuntura, nov., pág. 100). Este dado mostra como a agiotagem, oficializada, amparada e estimulada pelo próprio Governo, está asfixiando as empresas, que pagam, atualmente, as maiores taxas de juros do mundo!

A segunda raiz principal da crise brasileira está na política de combate à inflação. Desde 1964, os Governos vêm teimando em diagnosticá-la como sendo de demanda. Assim, as políticas econômicas adotadas vêm combinando, em proporções variáveis, as três medidas clássicas para se reduzir a demanda agregada: contenção dos déficits de caixa do Governo, contenção do crédito e contenção dos salários.

NO atual Governo, a contenção dos seus déficits de caixa, ou da base monetária, vem sendo feita através de aumentos de impostos, cortes nos gastos públicos, redução nos subsídios e colocando-se mais títulos da dívida pública no mercado. A contenção dos créditos, ou dos meios de pagamento, está sendo feita, desde 1981, pelo tabelamento da expansão dos financiamentos ao setor privado. Quanto à contenção dos salários, este Governo não tem usado a Lei Salarial, o "arrocho" está um pouco frouxo, mas a recessão criada vem cuidando dela...

A pobre da inflação, que nada tem a ver com isso e que nem sabe o que significa demanda agregada, continua viva, apesar desses 18 anos de contenções, alimentada pelo sistema de indexação. Como os preços persistem subindo, as restrições impostas pelo Governo à expansão dos meios de pagamento transformam-se em restrições aos setores produtivos. A moeda fica escassa e o sistema não monetário, ou os mercados paralelos, passam a suprir os meios adicionais de pagamento para possibilitar a liquidação das transações. Com uma diferença: seus créditos são mais caros!

A política antiinflacionária, por esses motivos, tem beneficiado, basicamente, aos aplicadores e aos intermediários financeiros. Voltamos à primeira raiz, mas com um impulso cumulativo: as restrições artificiais do crédito ajudam a empurrar as taxas de juros para cima.

No último dia 16, o CMN aprovou o orçamento monetário para 1983, mantendo, infelizmente, a mesma linha política. A limitação, em 60%, das taxas de expansão da base monetária e dos meios de pagamento, e a definição do teto de 83,1% para a expansão dos empréstimos totais do sistema financeiro, decorrem da fixação, baseada no "chutômetro", da taxa de inflação para o próximo ano em 70% e, uma vez mais, só irão beneficiar aos especuladores.

Os limites para a expansão dos meios de pagamento e dos créditos para o setor privado deveriam ter sido fixados em função das taxas reais de inflação, por exemplo, 5% acima do INPC, como, aliás, foram programados os aumentos para a taxa cambial, talvez por influência dos técnicos do FMI, que são economistas. O dólar irá aumentar um ponto percentual, cada mês, acima da taxa de inflação!

A nossa crise está dentro de cada empresa e, se persistir por muito tempo, irá acabar com o sistema capitalista no Brasil. É fundamental, como primeiro passo, que se modifique, radicalmente, a atual política monetária e creditícia.

Primeiro, revendo as bases de cálculo dos índices de correção monetária, expurgando-os de todos os aumentos de preços de caráter acidental, como os decorrentes de quebras de safras, e de todos os aumentos feitos propositalmente pelo Governo, visando a reduzir o consumo ou a modificar os preços relativos de determinados bens, como os decorrentes de desvalorizações cambiais, ou os devidos à retirada de subsídios; só para citar dois exemplos.

Segundo, além de corrigir o índice, restringindo ao máximo a sua aplicação. **T**ERCEIRO, colocando como principal prioridade a manutenção de taxas nominais de juros sempre inferiores à correção monetária (corrigida, repito), para inverter o sentido das transferências de renda e capitalizar as empresas privadas.

Mas se desestimularmos as aplicações financeiras, esses capitalistas não irão fugir do mercado, passando a investir em imóveis ou em outros bens duráveis? Isso não iria reduzir a oferta de poupanças?

Um sim, alegre, à primeira pergunta e um não, zangado, para a segunda. Uma pessoa, ou uma empresa, gasta o seu dinheiro. Mas o dinheiro não se gasta. Se alguém comprar um imóvel, transfere o valor do seu preço para o vendedor. Se uma pessoa compra ouro, o dinheiro fica com quem o vendeu, e assim por diante. O dinheiro poupado não é gasto, no sentido que diminui de valor ou que desaparece, grudado no objeto comprado: apenas muda de dono. A poupança, se é que podemos chamar a isso de poupança, continua a mesma, apenas em outras contas bancárias.

É óbvio que uma estratégia como esta implica, necessariamente, uma reestruturação profunda no sistema financeiro, diminuindo-se, drasticamente, a participação relativa do sistema não monetário, isto é, dos agentes de repasses, e aumentando-se, significativamente, para compensar esta redução com folga, a participação do sistema bancário, que não paga juros para os depósitos à vista.

Esta reestruturação deveria atingir, também, as Bolsas de Valores. Entre outras medidas, as ações das empresas estatais deveriam ser retiradas dos pregões. No estágio atual, o que se deseja é capitalizar a empresa privada, e não diminuir a participação do Estado no capital das empresas públicas. As ações do portador deveriam ser abolidas, para evitar as especulações e dar mais credibilidade ao mercado.

Em linhas gerais, este seria o primeiro, e grande passo. Restaria ainda realizar uma ampla reforma tributária, concentrando-se mais recursos nos Estados e nos Municípios, para descentralizar o poder, e revendo-se a mistura entre impostos diretos e indiretos, para tornar a carga fiscal mais leve e mais justa. Finalmente, a política antiinflacionária deveria ser ajustada à realidade, saindo dos gabinetes e passando-se a combater os aumentos de preços nas suas origens.

É preciso tomarmos consciência de que a crise interna é o nosso principal problema. A recessão, o desemprego, as altíssimas taxas de juros e a queda nos investimentos privados são ameaças muito maiores do que o "constrangimento externo", que, na pior das hipóteses, "if the worst comes to the worst", irá obrigar-nos, por algum tempo, a operar o nosso comércio externo no sistema de escambo, o que, diga-se de passagem, não é tão complicado como pintam.

A atual política econômica é uma quimera. Persistindo nela, continuaremos a viver com a inflação e vamos acabar desapontando, irremediavelmente, o rentier brasileiro e o sistema financeiro internacional, além de todos nós...

Economia Brasil

